

Concertação Social, Valorização Salarial e Crescimento Económico

Em 1 de Outubro de 2024 o governo formalizou o programa prioritário do XXIV Governo Constitucional que visava retomar o respeito pelos princípios do Diálogo e da Concertação Social, processos de aproximação essenciais para abordar desafios económicos e sociais. Através de consultas regulares com os Parceiros Sociais e a reactivação de Grupos de Trabalho, o Governo visou desenvolver políticas públicas que incentivem o crescimento económico e a competitividade das empresas. Este programa do Governo actuou de forma central em várias vertentes, estabelecendo uma trajectória de valorização e de estabilidade salarial com o objectivo de fomentar a justiça social e de melhorar as condições de trabalho. Ademais, para além da consecução da paz social e da procura da valorização salarial pretende-se com este programa alcançar a média europeia em produtividade do trabalho.

Valorização Salarial

Um dos focos principais do governo é a valorização salarial, com a meta de aumentar a Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) para 1.020 euros até 2028 e elevar o salário médio para 1.750 euros até 2030. Estes aumentos são essenciais para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e promover uma distribuição mais justa da riqueza, especialmente para os mais jovens. O aumento do salário mínimo é um objectivo político e social necessário para combater a pobreza e as desigualdades. Comemorando 50 anos da consagração do Salário Mínimo Nacional, é fundamental promover uma trajectória de valorização salarial para fomentar a justiça social e melhorar as condições de trabalho e de vida dos portugueses e dos restantes cidadãos que vivem do seu trabalho em Portugal.

Medidas Acordadas:

Algumas das medidas estabelecidas passam pela estipulação de novas iniciativas, nomeadamente:

1. Aumento do Salário Mínimo:

- A RMMG será fixada em 870 euros a partir de 1 de Janeiro de 2025, com aumentos progressivos até 1.020 euros em 2028.

2. Incentivos Fiscais para Empresas:

- Empresas que aumentarem a remuneração base dos trabalhadores com salários baixos terão benefícios fiscais, incluindo isenções de impostos sobre bónus e gratificações pagas de forma não regular.

3. Apoio aos Jovens Trabalhadores:

- Redução do Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS) para trabalhadores com até 35 anos, facilitando a entrada no mercado de trabalho.

4. Actualização de Impostos:

- Assegurar que as actualizações salariais não sejam penalizadas fiscalmente, revendo os escalões do IRS para garantir neutralidade nos aumentos salariais.

5. Promoção da Saúde:

- Aumentar em 20% a tributação das despesas com seguros de saúde dos trabalhadores, incentivando a protecção da saúde dos mesmos.

6. Estratégia Nacional para o Turismo Sustentável:

- Elaborar um plano para fortalecer o turismo em Portugal, alinhando-o com directrizes de sustentabilidade até 2035.

7. Redução do IRC

- Redução progressiva do IRC até 2028.

8. Recapitalizar e incentivar a entrada de Capital Próprio nas empresas

a) Rever o ICE (Regime Fiscal de Incentivo à Capitalização das Empresas) para ajudar as empresas a aumentar o Capital Social e atrair Capital Próprio, com benefícios fiscais iguais aos do Capital Alheio. A taxa para aumentos de capitais próprios será ajustada para ter efeitos semelhantes aos capitais alheios, usando a Euribor a 12 meses com um spread de 2% como referência.

- b) Avaliar o regime de reforços do capital próprio que permite abater impostos em IRC, especialmente para empresas que estejam ao abrigo das condições previstas no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.
- c) Incentivar pessoas a investir nas empresas, permitindo que deduzam 20% das entradas de capital em IRS sobre dividendos e mais-valias, respeitando os limites.
- d) Rever o RFAI para apoiar o desenvolvimento económico e a inovação produtiva.

Evolução Salarial e Pressupostos do Acordo

O Programa do Governo e os Parceiros Sociais acordaram que o aumento anual da RMMG e dos salários deve garantir o poder de compra dos trabalhadores e ajudar a alinhar-se com a média europeia. O Diálogo Social Tripartido iniciado em Maio de 2024 resultou no Acordo entre o Governo e os Parceiros Sociais para ser implementado entre 2025 e 2028.

Benefícios para Empresas e Trabalhadores

Para incentivar a valorização salarial, várias medidas foram implementadas:

1. Prémios de Produtividade:

- Prémios de produtividade e participação nos lucros pagos de forma voluntária e não regular até 6% da remuneração base anual do trabalhador ficam isentos de IRS e Taxa Social Única (TSU).

2. IRS Jovem:

- Redução do IRS para jovens trabalhadores até 35 anos.

3. Redução Fiscal sobre Trabalho Suplementar:

- Redução em 50% da taxa de retenção autónoma de IRS sobre trabalho suplementar.

4. Neutralidade Fiscal das Actualizações Salariais:

- Actualização dos escalões de IRS para assegurar a neutralidade fiscal das actualizações salariais.

5. Recapitalização e Incentivo ao Capital Próprio:

- Revisão do Regime Fiscal de Incentivo à Capitalização das Empresas (ICE) para ajudar as empresas a aumentar o capital social e atrair capital próprio com benefícios fiscais.

Monitorização e Implementação

O progresso das medidas será monitorizado anualmente pela Comissão Permanente de Concertação Social, assim se garantindo a eficácia e implementação das políticas acordadas.

O compromisso tripartido visa elevar as condições remuneratórias, designadamente os salários, e promover uma distribuição mais equitativa da riqueza, além de estimular o investimento, inovação, produtividade e competitividade das empresas portuguesas.

O debate e as negociações por parte do Governo e dos Parceiros Sociais continuarão agora em Novembro sobre os temas abordados neste acordo, nomeadamente serão alvo de negociações adicionais os temas seguintes:

- a) Saúde e Segurança no Trabalho;
- b) Formação Profissional;
- c) Legislação Laboral;
- d) Sustentabilidade da Segurança Social;
- e) Reorganização e Modernização Administrativa e
- f) Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Conclusão

A concertação social e a valorização salarial são elementos cruciais para construir uma sociedade mais desenvolvida, mais justa e próspera em Portugal. Através do diálogo e colaboração entre o Governo e os Parceiros Sociais, será possível enfrentar os desafios económicos e sociais, criando um ambiente favorável ao crescimento sustentável e à melhoria das condições de vida dos cidadãos.

Vanessa Pinheiro

Sheyanne Menezes